

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A
QUESTÃO
SOCIAL

NO NOVO
MILÉNIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

LONGE DA VISTA, PERTO DO CORAÇÃO: O ASSOCIATIVISMO REGIONALISTA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Daniel Melo
investigador associado sénior do ICS-UL
daniel.melo@ics.ul.pt

Este texto propõe um olhar cruzado sobre o associativismo regionalista nas ex-colónias de Angola e Moçambique, relacionando-o com as problemáticas do capital social e das identidades plurais¹ e articulando-o com o contexto diaspórico.

Pretende-se analisar o contributo das associações que assumiram um vínculo regional num espaço imperial de sobrecarga nacionalista e de que modo esse mesmo contributo permitiu não só o reforço do capital social nas suas comunidades como a afirmação de identidades menos fechadas e mais plurais, pese embora o fenómeno do colonialismo.

1. O regionalismo ultramarino: contexto e perfil da sua implantação

O fenómeno regionalista afirmou-se com acuidade em Portugal após a instauração da I República (vd. Amaro, 1996: 71/2), embora já viesse detrás, na peugada do regionalismo cultural francês oitocentista (vd. Thiesse, 1997 e 1999). O regionalismo luso consolida-se sob a vigência do republicanismo triunfante (incluso a Ditadura Militar), surgindo então a maioria das casas provinciais sediadas na capital do Império (Alentejo, Beiras, Minho, Açores e

¹ Hoje é consensual na academia o entendimento da identidade como uma vertente plural, dinâmica, discursiva (vd. Kastersztejn, 1990: 28; Woodward, 1997: 301-318; Ramalho & Ribeiro, 2002: 416) e processual (vd. Rajchman, ed., 1995: especialmente 11 [J. W. Scott], 107 [E. Laclau], 155 [S. Aranowitz], 175/6 e 188 [E. Balibar]; Cabral, 2003) da actividade humana. Para uma definição sucinta vd. Brown, 1985 ou Byron, 1997.

Algarve: vd. quadro 1). Tal reforço fora estimulado pela inebriante oratória republicana pró-descentralização político-administrativa.

QUADRO 1: CASAS REGIONALISTAS NA MÉTROPOLIS, EM ANGOLA E EM MOÇAMBIQUE (1905-1975)

Casa	Metrópole (Lisboa)	Angola (Luanda)	Moçambique (Lourenço Marques)
Trás-os-Montes e Alto Douro (TOMAD)	1905	1912: Clube Transmontano de Angola	1912: Club Transmontano de Lourenço Marques; 1971(?) -74: Clube de TOMAD; 1974: Casa de TOMAD de Nampula
Madeira	1907		1937-69: Casa da Madeira em Lourenço Marques
Alentejo (Grémio Alentejano/ Casa do Alentejo)	1914		1954-65: Casa do Alentejo; 1959: Associação Regional Monte Alentejano (Beira)
Beiras (Grémio Beira-Vouga/ Grémio Beirão/ Casa das Beiras)	1915/6	c.1932: Casa das Beiras/ Grémio Beirão; 1960: Casa das Beiras (Lobito); 1966: Casa das Beiras (Nova Lx.)	1938-68: Casa das Beiras; 1956-65: Solar dos Beirões; 1969-73: Casa das Beiras de Nampula
Minho	1923	1932: Casa do Minho	1956-59: Casa do Minho; 1961: Lar Minhoto de Manica e Sofala
Açores	1927		
Algarve	1931		1953-61: Casa do Algarve; 1954-56: Casa do Algarve de Manica e Sofala (Beira?)
Ribatejo	1937		
*Lisboa [Estremadura]		1937/1973: Casa de Lisboa/ Casa de Lisboa em Luanda	1935-38/ 1939-73: Grémio dos Lisboetas/ Clube dos Lisboetas; 1956-61: Casa de Lisboa (Beira)
*Casa do Distrito de Coimbra [Beiras]	1937	c.1957: Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra em Angola	
*Casa do Distrito do Porto [Douro Litoral]	1943	c.1959: Casa do Distrito do Porto em Luanda	1947-62: Casa do Porto; 1954-55: Casa Regional do Porto; 1959-62: Casa Regional do Porto (Nampula)
*Póvoa de Varzim [Douro Litoral]			1953-58: Casa dos Poveiros da Província de Moçambique
*Lamego [TOMAD]			1974: Casa da Região de Lamego

Fonte: AHM; estatutos; órgãos impressos. Nb: quando sem data extrema final significa que ignora a data de extinção (talvez 1974 ou 1975).

O «ultramar» acompanhou este movimento com alguma dilatação no tempo, a partir de meados dos anos 30, à medida que se firmavam as comunidades locais de colonos. Este fenómeno também se registou no Brasil (embora aí a emigração portuguesa fosse de mais longínqua tradição e de maior expressividade): p.e., as casas regionalistas-provinciais sediadas no Rio apenas começaram a surgir na década de 1920.

Importa referir uma grande excepção: as casas provinciais transmontanas de Angola e Moçambique, ambas fundadas em 1912. Estas duas associações não só foram criadas poucos anos após a «casa-mãe» (de 1905) como se colocaram à frente da diáspora no Brasil (no Rio, a Casa de TOMAD só surgirá em 1923; cf. Lobo, 2001: 94; Muller, 2002: 322; Trindade & Caeiro, 2000: 81, aqui referida como Centro).

Seja como for, o associativismo regionalista teve uma expressão relevante no ultramar, aspecto até agora ignorado pela literatura científica. A identificação desta presença permite afirmar que o associativismo regionalista foi uma necessidade estrutural no século XX, onde quer que a migração portuguesa operasse. Além disso, apenas irrompeu nos principais centros urbanos e após estarem estruturadas as comunidades migrantes. No ultramar, as sedes pioneiras foram inicialmente instaladas nas capitais das colónias e só depois se difundiram pelos centros urbanos similares, a exemplo do ocorrido na metrópole e em parte da diáspora.

Constata-se outra regularidade, a do florescimento associativo ultramarino seguir (aproximadamente) a sequência metropolitana, pese embora o hiato temporal. Assim, tal como em Lisboa surgiram primeiro as representações transmontana, madeirense e beirã, o mesmo sucedeu nas colónias (a excepção a esta lógica é o caso alentejano). Seguem-se-lhes as representações alentejana, minhota e algarvia (apenas os Açores e o Ribatejo não terão tido

expressão no ultramar, o que pode ligar-se à orientação do fluxo migratório para o continente americano, e para a metrópole e Alentejo, respectivamente).

Este tipo de associativismo é mais expressivo em Moçambique, contrariando a primazia angolana no fluxo migratório de colonos (cf. Castelo, 2004, parte II). Esta diferença pode explicar-se pela maior influência cosmopolita urbana, no sentido duma maior necessidade de representação simbólica exterior das distintas comunidades e emulando uma certa tradição e dinâmica associativas não só britânicas como muçulmanas, hinduístas e chinesas (vd. Zamparoni, 2000: 210/1, 215 e 217). Zamparoni refere que o associativismo das minorias não-europeias devia-se a duas razões: união face à “agressão” colonial e intra-étnica de pendor religioso, e para propiciar “convívio” tendente ao reforço dos seus “laços culturais” (vd. *idem*: 210). O convívio ligado à identidade cultural também é extensivo aos europeus ligados ao regionalismo. Além disso, os regionalistas brancos não tinham necessidade de protecção face à “agressão” colonial, pois também eram seus beneficiários, mas já teriam face a um contexto adverso e no qual as suas comunidades tinham uma presença diminuta.

A interacção entre cosmopolitismo e regionalismo pode parecer um paradoxo, pois este é, por vezes, associado a um movimento retrógrado, fundamentalista e clientelar. Todavia, ela permitiu afirmar identidades plurais em contextos de nacionalismo exacerbado, de imperialismo colonial, contribuindo para uma cosmovisão intercambiável e agregante e não unidimensional. Ou seja, a suposta má essência do regionalismo teve uma virtuosa aplicação prática dado o contexto histórico em que se afirmou. Permitiu, também, que certas pessoas se integrassem em comunidades mais amplas, erodindo as fronteiras de localismos mais limitativos.

Esta perspectiva também se sustenta na adopção do essencial do conceito de «comunidade imaginada» (i.e., a adesão à imagem duma comunhão sócio-cultural por pessoas que nunca se conhecerão entre si, e excluindo o vínculo soberanista— vd. Anderson, 1993 [1983]: 6) a várias escalas, ou seja, incluindo não só o nacional, como o regional e o supra-nacional. Sustenta-se também na extrapolação (tal como proposta por Pereira, 2002: 111) para o contexto regionalista do conceito de «comunidade étnica» de Anthony D. Smith (1991: 21), definido por 6 características principais: “1. um nome próprio comum[;] 2. um mito de ancestralidade comum[;] 3. memórias históricas partilhadas[;] 4. um ou mais elementos diferenciadores próprios de uma cultura comum[;] 5. uma associação com uma ‘terra natal’ específica[;] 6. um sentimento de solidariedade para sectores significativos da população”.

Retornando ao associativismo regionalista ultramarino, em termos agregados as províncias históricas mais representadas foram TOMAD e Beiras, curiosamente as únicas com representação em ambas as colónias.

Outro fenómeno interessante é que certas urbes têm uma representação autónoma—casos de Lisboa, Porto, Póvoa de Varzim, Coimbra e Lamego—, funcionando como um falso localismo, pois aberto e/ou cosmopolita (talvez exceptuando a Póvoa) e ambicionando representar pólos atractivos. Destas, apenas Lisboa e Porto estão presentes em ambas as colónias, o que acompanha o fluxo migratório considerável oriundo destas cidades metropolitanas. As restantes são um exclusivo moçambicano, com excepção de Coimbra. Quanto a Lisboa, refira-se a existência dum Centro da Estremadura no Rio desde 1924 (cf. Trindade & Caeiro, 2000: 81). Quanto à Póvoa de Varzim, refira-se a Casa dos Poveiros, do Estado do Rio de Janeiro (fundada em 1930) e o Grupo Pró-Póvoa, de Manaus-Amazonas (vigente até 1931; cf. Trindade & Caeiro, 2000: 82).

O representante coimbrão foi um caso particular, pois representava os seus antigos estudantes residindo em Angola, mas pode-se adiantar existir então um imaginário do fado coimbrão, das guitarradas, com digressões pelo Império, demonstrando uma faceta regional cultural a tentar universalizar-se. O caso lisboeta é também interessante, pois ignora-se a existência de estruturas regionalistas específicas (concelhias ou distritais) na metrópole, o que

poderá articular-se com uma migração lisboeta significativa apenas para fora da metrópole. Já a Estremadura estava representada, desde 1938, pela Casa do Distrito de Leiria (1939: [15]).

Outra tendência relevante é a grande longevidade de parte relevante destas entidades, demonstrando funcionarem como espaços de referência comunitários e inter-geracionais. Só a ruptura revolucionária e a independência das colónias as condenaria inapelavelmente.

2. Capital social (solidariedade num meio adverso)

O capital social (i.e., a riqueza colectiva advinda do companheirismo, da entreatada e do relacionamento social²) não se circunscrevia a um mero convívio de café e a um assistencialismo caritativo, embora também comportasse estas dimensões.

A questão do convívio, mas dum convívio de partilha identitária, na comunhão dum saudades natal pela troca de afectos e emoções, na cumplicidade de lembranças de pertença, foi muito importante para a comunidade de colonos, sobretudo para as primeiras gerações. E assim foi por um motivo relevante: os pioneiros sentiam, compreensivelmente, mais o isolamento e a estranheza num meio adverso (senão hostil), com um clima inóspito e violento, a ameaça de doenças graves (acentuada pelas debilidades médico-sanitárias), a carência de contactos sociais e de distrações, a vivência minoritária junto de comunidades étnicas estranhas e com as quais ressoavam ainda na memória conflitos violentos recentes (para Angola cf. Ervedosa, imp. 1990: 20-24; para Moçambique cf. Rita-Ferreira, 1988: 122; para a África britânica austral cf. Kennedy, 1987: 179/180).

África era vista pelos colonos como uma terra distante, daí a maior ligação à terra de origem. Como referia o colono pioneiro José Hipólito Raposo (1926: [35]): “tanto a alma da nossa gente aqui viveu e sofreu que em muitos dias amargos Loanda nos dá a respirar as dormideiras da saudade”. Daí a necessidade da imitação de aspectos do rincão natal, para atenuar a dimensão dos contrastes e para tornar a paisagem mais familiar (cf. *idem*: [35]/6).

Paralelamente, e perante a ausência dum Estado social, a previdência erigiu-se como uma área necessariamente prioritária. Daí a aposta na assistência médico-medicamentosa, nos subsídios pecuniários a necessitados, viúvas e soldados, na oferta de comida e tabaco a doentes, etc..

Frequentemente, a própria previdência incluía uma dimensão afectiva, patente nas visitas altruístas aos mais necessitados, nas palavras de consolo ou de condolências, na felicitação pelo aniversário natalício, na organização de festas de casamento, etc., etc.. Aliás, o afecto emanava de muitos discursos e textos de imprensa, encontrando a sua síntese semântica nas expressões então correntes de «amparo» e «solidariedade».

Quanto às principais dimensões do capital social (cf. Putnam, ed., 2002: 9-11), o associativismo regionalista configura um caso relativamente híbrido. Assim, ele promovia o “capital formal” (assente em líderes reconhecidos, requisitos para filiação, encontros regulares, etc.), embora possibilitasse ambientes lúdicos mais próprios do “capital informal” (como o convívio num bar ou restaurante); combinava uma sociabilidade “densa” com outra “fluída”, pois tanto permitia um convívio regular quotidiano socialmente mobilizador e colectivamente protector como possibilitava contactos esporádicos com amigos/ conhecidos e vantagens materiais (p.e., a Casa das Beiras laurentina concedia, desde 1938, vastas regalias aos seus sócios, como descontos em diversos tipos de estabelecimentos comerciais, apoio aos

² Vd. Putnam, 2001: 18-25, ou 2002: 3-5. Nas suas palavras (2001: 19): “social capital refers to connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them. In that sense social capital is closely related to what some have called «civic virtue.» The difference is that «social capital» calls attention to the fact that civic virtue is most powerful when embedded in a dense network of reciprocal social relations. A society of many virtuous but isolated individuals is not necessarily rich in social capital”.

de fora da sede provincial na burocracia, consultas e visitas médicas gratuitas, etc.– cf. “Da vida..”, 1939: 43 e 45); tinha uma “incidência interior”, patente no seu carácter sub-étnico, ainda assim não descurando o altruísmo numa Colónia Balnear Infantil (pelo Grémio dos Lisboaetas laurentino– cf. Louro, 1947), da oferta de tabaco e frutas a doentes hospitalizados (idem– cf. “O Grémio..”, 1938: 37/8), do apoio às vítimas do ciclone Claude (pela Casa das Beiras laurentina– cf. Conceição, 1966a), etc.; constituía ainda um capital social “vinculativo” (*bonding*), dada a premência das afinidades sub-étnicas, embora, entre os associados, pudessem constar familiares africanos e outros, estes enquanto sócios «honorários» ou «beneméritos».

3. Capital cultural (sustentação das identidades plurais)

Além do capital social centrado na aproximação afectiva e convivial e na previdência moral e material, estas associações desenvolveram outras facetas, estas mais ligadas à esfera cultural, a saber: o incentivo à partilha de elementos identitários comuns e a oferta de actividades culturais, desportivas e recreativas, numa dialéctica constante social/cultural, interior/exterior. Estas duas facetas estavam amiúde interligadas, sobretudo nos conteúdos da imprensa regionalista e em certas das suas actividades culturais (tal cruzamento é extensível a outros espaços e tempos associativos: vd. Dias, 1994: 449/50, 458 e 466).

Na imprensa específica consultada (do Clube Trasmontano de Angola, da Casa das Beiras, do Grémio/ Clube dos Lisboaetas e da Casa do Porto laurentinos: vd. bibliografia primária), verificou-se que muitos dos textos de exaltação da pertença regional adquiriam a sua legitimação na patrimonialização da cultura local. Ou seja, o valor regional é tanto maior quanto mais se imbrica em factos, eventos ou vultos ligados à cultura.

A imprensa do Clube Trasmontano de Angola é um precioso repositório de textos sobre folclore regional (p.e., Tavares, 1942; Baçal, 1945) e «homens ilustres» como Camilo, Torga, Abade de Baçal (vd. J. T., 1945; J. M., 1948; “Camilo..”, 1948; Sá, 1966), etc..

No boletim beirão laurentino surgem artigos sobre festividades tradicionais (a «Festa do Pau», as «Janeiras», a tourada raiana: vd. “A Festa..”, 1940, Gil, 1966a-b, respectivamente), sobre folclore regional (vd. [Lemos], 1966), além da rubrica «Galeria de beirões ilustres» (vd. *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, 1939-40).

Já quanto aos anais lisboetas laurentinos, saliente-se o folclore local (Macedo, 1938), o o transporte colectivo «chora» (Carvalho, 1941), as cegadas (Carvalho, 1942), o namoro antigo (Santos, 1942), etc..

O *Tripeiro em Moçambique*, nos 2 números inaugurais, patrimonializou Júlio Dinis, Nobre e Garrett, o caldo verde e a broa, as sardinhas assadas e as tripas à moda do Porto, o cabrito assado e os vinhos verdes.

Ressalve-se que os órgãos impressos próprios revelam uma grande preocupação em mostrar trabalho, em falar do presente e não só do passado ilustre da região ora geograficamente distante. O labor da imprensa revela a importância do impresso para a construção do grupo, neste caso, sub-étnico (adoptando ainda a perspectiva de Anderson: 24/5, 32, 36 e *passim*; para o contexto metropolitano luso vd. os casos açoriano e beirão em Cordeiro, 1995 e Santos, 1999, respectivamente).

Além da imprensa, merece destaque a constituição de bibliotecas nas sedes. Os seus acervos eram formados sobretudo por doações de sócios, expondo-se ao aleatório. Ainda assim, e focando a biblioteca da Casa das Beiras laurentina em 1939-40 e em 1966, nota-se que no início era maior a componente de ficção, embora sem descurar a história, aqui incluindo a biografia. Para o fim, ganhou um peso relevante a informação útil (direito, ciências aplicadas, geral, etc.) e a regionalista (por via, sobretudo, da imprensa regional/ local; cf. *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, 1939-40 e *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, 1966). Já no imediato pós-II Guerra Mundial, a vertente regionalista estava bem representada no

Clube Trasmontano de Angola, a seguir à ficção e à história (cf. “Beneméritos..”, 1946). A existência de colecções de vários títulos da imprensa regional/ local é referida em todos os órgãos impressos das casas regionais, e deriva sobretudo da oferta dos respectivos editores/ proprietários. Também era comum deterem livros (ou publicarem artigos) como este: *Gil Vicente, beirão, nasceu em Guimarães de Tavares* (cf. “A nossa..”, 1966).

As actividades culturais, desportivas e recreativas representaram uma dimensão muito importante do associativismo regionalista, talvez mais em termos qualitativos do que quantitativos. A sua natureza híbrida mas moderna permitiu que os indivíduos que circulavam na sua órbita (e a própria sociedade em geral) pudessem construir uma identidade individual mais plural, aberta e sensível à novidade e à criação. Uma identidade mais urbana, no sentido da abertura e confiança nos outros e em certos princípios de sã convivência. Esta tendência vem ao encontro de Kennedy (1987: 184), quando sugere uma atitude mais aberta e informal por parte dos colonos da Rodésia e Quênia, também enquanto “rejeição deliberada dos valores sociais europeus”, o que estava frequentemente ligado à insatisfação pela situação social pessoal na metrópole.

Nesse sentido, a esmagadora maioria das actividades disponibilizadas aos associados e à comunidade em geral tinha um carácter moderno, em qualquer das áreas, i.e., consubstanciava propostas e necessidades advindas da Revolução Industrial e da transformação do tempo de lazer (vd. Corbin, 1995: 9-16 e 413/4). Mesmo aquelas actividades que tinham componentes mais tradicionalistas ou ruralizantes não deixavam de ter um carácter essencialmente híbrido (além de serem, necessariamente, tradições inventadas—vd. Ranger, 1994). Estamos assim algo distanciados daquele regionalismo fino-oitocentista europeu que advogava o regresso à terra, enquanto reacção anti-moderna face aos efeitos atomistas gerados pelo capitalismo industrial (vd. Thiesse, 1999: 262). Esta tendência no movimento regionalista ultramarino poderá conferir-lhe uma certa distinção face ao contexto metropolitano, mais apostado numa certa re-tradicionalização e ruralização da cultura, história e identidade regionais.

É disso ilustrativo o intenso cruzamento de elementos rurais e urbanos, tradicionais e modernos, em eventos como as marchas populares, fórmula lisboeta (ressalve-se, porém, que o regionalismo novecentista, sendo um fenómeno enraizado na cidade, parece sempre ter buscado o cruzamento entre referências rurais de origem e urbanas da vivência migratória presente: vd. Trindade, 1986: 329).

As marchas populares de Lisboa foram transpostas para vários espaços e tempos da África portuguesa: Lourenço Marques (1939, 1946, 1958, 1966-67), Moçâmedes (1957) e Sá da Bandeira (1964). Vejamos com mais pormenor estes casos.

Aquando da pioneira digressão presidencial de Carmona pelo Império, realizaram-se uma série de festejos de recepção na capital moçambicana, incluindo um desfile nocturno (12/VIII/1939), organizado por 4 casas regionalistas (Casa das Beiras, Clube dos Lisboetas, Casa da Madeira, Clube de TOMAD) e pelas associações Indo-Portuguesa e dos Naturais da Colónia (cf. “Marcha..”, 1939; Conceição, 1966b). Este desfile teve uma adesão superior a 20 mil pessoas, muitas delas empunhando archotes ou balões. Terá tido ainda a participação de ranchos folclóricos; pelo menos, estes existiam, muitos ligados a casas regionalistas e, poucos dias antes (18/VII), realizara-se um festival afim, no qual Portugal se mostrara, na sua “fertilidade músico-folclórica”, do “«Corridinho» da gente algarvia ao «Vira» do Alto-Minho, em cantigas e bailados perenes de tipismo” (cf. “O nosso..”, 1939).

As marchas laurentinas mais semelhantes às do figurino lisboeta foram as organizadas pelo Rádio Clube de Moçambique, pelo diário local *Notícias* e por várias associações a 23 e 27/II/1946 (cf. “A festa..”, 1946). Também elas tiveram uma divulgação mediática massiva, iniciada com meses de antecedência, no final de 1945. Tal devia-se também a estas terem sido antecedidas por um concurso de canções para marchas populares, votado pelo público,

radiodifundido pelo Rádio Clube e gravado numa “nova máquina recebida da América” em várias colectividades laurentinas, incluindo algumas regionalistas (cf. “Marchas..”, 1946a). Além disso, cada cantora vencedora era-o enquanto representante dum bairro e seria nessa qualidade que cantaria no desfile a realizar no estádio do Clube Ferroviário, cujos preparativos se iniciaram em 5/I, com a gradual formação dos vários grupos de marchantes (também um por bairro), e o início da confecção de arcos e balões da “Grande Festa Popular” (cf. “Marchas..”, 1946b). Uma inovação era o facto de ser num estádio e das entradas serem pagas (cf. “Marchas..”, 1946c). Havia outras diferenças, mas apenas duas relevantes, a saber, a eleição mista pelo público e por um júri e o vestuário com modelo igual para todos (cf. “Marchas..”, 1946d, e “A grande..”, 1946). Por um lado, a escolha era mais aberta, por outro, a uniformização imagética era maior, embora não total (pois ausente nos arcos e balões e na coreografia). O secretário da Casa das Beiras organizou a marcha da Polana (cf. “Marchas..”, 1946e). O grande êxito obrigou à sua repetição, tal como sucedera em Lisboa em 1932 (vd. Melo, 2001: 281). Os desfiles antecediam apropriadamente o Carnaval e decorriam no Verão local; até a adaptação ao calendário local fazia sentido. Além disso, permitiam que elementos das marchas prosseguissem exhibições soltas, pontuais, p.e. a marcha da Polana na Casa das Beiras e a cantora da marcha de Maxaquene no Clube dos Lisboaetas (cf. “O Carnaval”, 1946a+b). Ressalta o hibridismo deste último: “À roda da meia noite, toda a assistência recebeu com muito agrado o muito interessante programa de variedades oferecido pela direcção, e em que actuaram os amadores Horácio Silva, que em «travestti» de minhota cantou com muita graça dois fados no jocoso, o «miudo» Francisco Castro que proporcionou à assistência um bonito fado e as apreciadas artistas do Café Pengüin”.

Em 1954, houve uma tentativa de relançar as marchas laurentinas por parte do diário *Notícias* (cf. I-IX/1954), frustrada muito provavelmente por desinteresse da comunidade.

O Clube dos Lisboaetas laurentino organizou e apresentou a sua marcha por 3 vezes: em 1958, em 1966 e em 1967 (cf. “As marchas..”, 1967). Todas as edições tiveram o mesmo organizador/ ensaiador (Agostinho Silva) e terão sido bem recebidas pela população e pela imprensa. A mais importante foi a de 1967, pois contou com a oferta dos fardamentos usados nas Marchas de Lisboa de 1965, permitindo “embelezar e vincar bem o típico característico de cada bairro”. O município local integrou o evento no seu Programa das Festas da Cidade, conferindo às marchas “um cunho de elevação folclórica”, com recepção e exibição perante o respectivo edil a 12/VI. O megalómano projecto original previa a representação da “quase totalidade” dos bairros de Lisboa (nem aqui tal ocorria), “mas isso não foi possível devido à dificuldade que houve na obtenção de elementos puramente Lisboaetas”. Não faltava mão-de-obra autóctene, faltava sim a adesão ao mesmo ideal estético ou cultural: “Não porque os não hajam [os elementos autenticamente lisboetas] em quantidade nesta Cidade, mas por estarem de há muito arredados do seu ambiente, fecharam-se na mais completa apatia e comodidade. Outros, ainda, por terem abdicado do sabor alfacinha em favor de paladares estrangeiros importados, não deram a sua colaboração. [par.º] Houve ainda outros; derrotistas e os da crítica em surdina, que ficariam muito satisfeitos se tudo fosse um fracasso”. A hibridez era comprovada pela de 1958, que apresentava arcos com referências a Lisboa e marchantes vestindo trajes de pescadores e camponesas beirões (cf. “Divertimentos..”, 1959).

Ainda em 1966 houve um desfile maior em Lourenço Marques (a 11/VI), integrado nos festejos dos santos populares (fíndos a 3/VII) e organizado pelo movimento regionalista local (Clube dos Poveiros e casas regionais do Minho, de TOMAD, das Beiras e do Algarve). A marcha da Casa das Beiras foi formada pelo seu «rancho folclórico» (de adultos), o qual sairia novamente para a rua no domingueiro 19/VI. A referida Casa tinha ainda uma barraca decorada no arraial ligado ao desfile, com comes e bebes típicos da Beira (cf. “Festejos..”, 1966 e Conceição, 1966b).

Quanto a Moçâmedes, as marchas desfilaram no Estádio Cmdt. Fragoso de Matos a 16 e 26/IX/1957, seguidas de verbena, e foram organizadas pelos jornais *Sul* e *O Namibe* e contaram com a participação de clubes desportivos locais (cf. “Programa..”, 1957). O regulamento era similar ao lisboeta, com a excepção relevante da indumentária, livremente a escolher entre “trajes populares ou de fantasia” (cf. “Festas..”, 1957).

Para as marchas populares de Sá da Bandeira em 1964, a única referência que detectei até agora é meramente iconográfica (cf. Salvador, 2003), e mostra marchantes desfilando com trajes folclóricos campestres provavelmente transmontanos, e empunhando arcos com figuras minhotas, motivos florais, mapa de Angola, etc..

As marchas populares foram, portanto, imitadas num espaço muito distante do de origem e maioritariamente por originários de províncias estranhas à capital, acompanhando o que se estava verificando na metrópole (entre 1947 e 1970, foram formados agrupamentos específicos e/ou desfiles em 12 localidades: vd. Melo, 2003: 56).

Esclareça-se que certas tradições culturais mais ligadas ao campo foram adoptadas no ultramar, como é o caso da tourada, tendo a Praça de Touros Monumental de Lourenço Marques sido erigida pela Casa do Alentejo local, nos anos 50-60 (cf. Azevedo, 1961: 29). Mas o impacto da componente urbana, do comércio e dos serviços era maior no ultramar do que na metrópole (cf. censos da época; para Moçambique vd. Lachartre, 2000: 41), e teve, necessariamente, consequências a nível cultural.

4. Notas em jeito de conclusão

O que o associativismo regionalista fez não impediu a permanência do colonialismo e da discriminação étnica no ultramar português. Possibilitou, porém, que aqueles anátemas não fossem tão opressivos, pois forneceu alternativas à doutrina e prática nacionalistas que os suportava, funcionando como “contra-poder” (cf. âmbito da definição em Trindade, 1994: 114). Abria-se assim como possibilidade de *topus* pluri-étnicos, sobretudo nas inúmeras manifestações para o exterior (dilatando, assim, a curta lista de “espaços pluri-raciais” detectada por Neto, 1997: 351). Convocando Laclau (1995: 95-107), tal particularismo almejou uma dimensão de universalidade, daí a alusão frequente aos conterrâneos espalhados pelo mundo, daí as constantes solicitações de reconhecimento por parte do poder político e daí, paradoxalmente, a referência ao patriotismo como desígnio regionalista³.

No associativismo regionalista ultramarino constatámos a articulação entre as dimensões afectiva/ emocional, social e cultural. O afecto não residia apenas na partilha dum sentimento comum de pertença, também se baseava na entreaajuda, no contacto e apoio interpessoal, na recordação do outro e de momentos marcantes da sua existência (casamento, doença, miséria, morte de ente querido, etc.). Mas o afecto também estava presente na festa, no contacto dos corpos nos bailes, na partilha da noite ébria e lúdica, na animação cultural e nas merendas, no riso e na emoção, no sonho e na irmandade, na recordação e na reflexão. A esta luz, a proposta teórico-conceptual de Chartier (1988 e 1989) do mundo como representação e da cultura como uma articulação entre práticas e representações ganha uma nova dimensão, i.e., em certos contextos, as pertenças simbólicas são particularmente importantes enquanto promotoras de nexos relacionais, aproximando os indivíduos e dando um novo significado às suas vidas e novas práticas aos seus quotidianos.

A actividade cultural do associativismo regionalista ultramarino cruzava elementos rurais e urbanos dum modo relativamente mais híbrido e urbano do que na metrópole. As

³ Nas palavras de Laclau (*idem*: 107): “different groups [...] compete between themselves to temporarily give to their particularisms a function of universal representation. Society generates a whole vocabulary of empty signifiers whose temporary signifieds are the result of a political competition”.

casas regionais, longe de se isolarem num programa exclusivista, procuravam-se e às comunidades urbanas no seu todo, daí os constantes bailes, festas, festivais, etc..

Em suma, perseguia-se uma outra forma de fazer *polis*, de fazer política. Abriam-se brechas para identidades plurais, num contexto de nacionalismo exacerbado e colonialista.

Num contexto adverso tanto para os grupos étnicos colonizados como para os colonos desenraizados, o regionalismo constituía uma alternativa institucional da sociedade civil à lógica autista da doutrina nacionalista fixada na exaltação do Império, i.e., do centro, dum e só lugar. Numa periferia, lembrar outra(s) periferia(s) era uma forma de retirar o exclusivismo ao centro e de o tornar menos asfixiante.

Nas palavras dos seus mentores: “Afastados do torrão natal, serve-nos de lenitivo à saúde uma palavra afectuosa, uma simples recordação, ou um abraço amigo, impregnados da luz e da brisa que bafejou êsses lugares por onde discorreu a nossa meninice, e, então, a alma adquire novos confrontos, os sonhos e as esperanças tomam foros de realidade, tôdas as dificuldades e asperezas da labuta diária cessam por instantes” (cf. “Marcha..”, 1939).

Bibliografia citada

1. Fontes primárias

Nb: O levantamento documental realizou-se no Arquivo Histórico de Moçambique (aqui aproveito para agradecer à Cláudia Castelo), no Arquivo da Casa das Beiras lisboeta, no Espólio Pinto Quartim (ICS-UL), na BN, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Hemeroteca da CML. Entre outras fontes primárias, consultaram-se os seguintes títulos regionalistas ultramarinos: *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, 1966-68; *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, L. Marques, 1939-41; *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, 1939-72; *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, 1942-66; *Grémio dos Lisboaetas*, L. Marques, 1937-38; *O Tripeiro em Moçambique*, L. Marques, 1959.

a) imprensa

- *“A Festa do Pau” (1940), *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, Lourenço Marques, CBLM, n. 14 (VI), p. 12.
- *“A festa dos bairros realizada no Campo Ferroviário constituiu uma deslumbrante apoteose” (1946), *Notícias. Diário da Manhã*, L. Marques, Tip. «Notícias», 26/II, p. [1] e [¾].
- *“A grande festa nocturna das Marchas Populares. Esclarecimento necessário” (1946), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 23/II, p. [1].
- *“As marchas bairristas de Lisboa em Moçambique” (1967), *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 19.
- *“A nossa Biblioteca” (1966), *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n. 5, 1/VIII, p. 22.
- *AZEVEDO, Pedro José Francisco (1961), “A Casa do Alentejo perante o 26.º aniversário do Clube dos Lisboaetas”, *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 29/30.
- *BAÇAL, Abade de (1945), “Pisco ou porco pisco” (1945), *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s. p..
- *“Beneméritos do nosso clube” (1946), *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, [Emprêsa Gráfica de Angola], n.º especial, s.p..
- *“Camilo o maior escritor de todos os tempos” (imp. 1948), *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial [s. p.].
- *CARVALHO, Octávio de (1941), “Lisboa do meu tempo[:] os carros do «Chora»”, *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 34/5.
- *CARVALHO, Octávio de (1942), “Lisboa do meu tempo[:] as cêgadas”, *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 25/6.
- *CONCEIÇÃO, Maria da (1966a), “A Casa das Beiras e o ciclone «Claude»”, *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 1, 1/IV, p. 13.
- *CONCEIÇÃO, Maria da (1966b), “Santos populares. A marcha integrada nos festejos redundou em verdadeira apoteose”, *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 4, 1/VII, p. 15.
- *“Da vida da nossa Casa...” (1939), *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, L. Marques, CBLM, n. 1 (IV), p. 43 e 45.
- *“Divertimentos promovidos pelo Clube dos Lisboaetas” (1959), *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 20/1.
- *“Festas de 26 de Novembro - regulamento das marchas populares” (1957), *Sul*, Moçâmedes, ano I, n.35, 24/X, p. 4.
- *“Festejos dos santos populares” (1966), *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 3, 1/VI, p. 13.
- *GIL, Jota (1966a), “Do meu tempo... as Janeiras”, *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 6, 1/IX, p. 17.
- *GIL, Jota (1966b), “No meu tempo[:] touradas na «raia»”, *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 8, 1/XI, p. 17 e 22.
- *[LEMOIS], [A. Costa] (1966), “Folclore Beirão”, *Boletim Mensal da Casa das Beiras*, L. Marques, CBLM, s. 3, n.º 9, 1/XII, p. 9 e 14.
- *LOURO, Gonçalves (1947), “Os lisboetas de Lourenço Marques”, *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 5/I, p. 3.
- *M., J. (imp. 1948), “O Abade de Baçal[:] grande sábio e grande homem (extractos do «Mensageiro de Bragança»)”, *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, [s. p.].
- *MACEDO, Luiz Pastor de (1938), “Lisboa tantos... de tal”, *Grémio dos Lisboaetas*, L. Marques, GL, n.º único, p. 19/20.
- *“Marcha luminosa” (1939), *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, L. Marques, CBLM, n. 4 (VIII), p. 7.
- *“Marchas populares” (1946a), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 1/I, p. [8].
- *“Marchas populares” (1946b), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 5/I, p. [16].
- *“Marchas Populares” (1946c), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 20/II, p. [11].

- *“Marchas Populares. Fala Eduardo Valentim, organizador do ra[n]cho de Malhangalene” (1946d), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 21/II, p. [11].
- *“Marchas da Polana. Fala ao «Notícias» um dos seus organizadores” (1946e), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 22/II, p. [7].
- *“O Carnaval [na Casa das Beiras]” (1946a), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 2/III, p. [16].
- *“O Carnaval [no Clube dos Lisboaetas]” (1946b), *Notícias*, L. Marques, Tip. «Notícias», 4/III, p. [9].
- *“O Grémio dos Lisboaetas[:] contas da Direcção” (1938), *Grémio dos Lisboaetas*, L. Marques, GL, n.º único, p. 36-39.
- *“O nosso rancho” (1939), *Casa das Beiras. Boletim Mensal*, L. Marques, CBLM, n. 4 (VIII), p. 9.
- *“Programa das festas de Novembro de 1957” (1957), *Sul*, Moçâmedes, ano I, n.31, 19/IX, p. 3/4.
- *SÁ, João de (1966), “Encontro com Miguel Torga”, *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, n.º especial, s.p..
- *SANTOS, Um da Púrria de (1942), “Como se namorava em Lisboa há 30 anos”, *Clube dos Lisboaetas*, L. Marques, Tip. «Notícias», p. 30-32.
- *T., J. (1945), “Homens da nossa terra”, *Trasmontano*, Luanda, Clube Trasmontano de Angola, s. p..
- *TAVARES, Abade (1942), “Folclore trasmontano”, *Clube Trasmontano de Angola*, Luanda, A. E. Morais Pimentel, n.º único, s. p..

b) testemunhos, memórias e iconografia

- *ERVEDOSA, Carlos (imp. 1990), *Era no tempo das acácias floridas*, Linda-a-Velha, Edições ACAL.
- *RAPOSO, [José] Hipólito (1926), “Loanda mulata”, *Ana a Kalunga (os filhos do mar)*, Lisboa, [Ottostráfica], p. [31]-58.
- *SALVADOR, Paulo (2003), *Era uma vez... Angola*, Lisboa, Quimera Editores.

c) outros

- *CASA DO DISTRITO DE LEIRIA (1939), *Estatutos*, Barcelos, Comp.^a Ed. do Minho.

2. Fontes secundárias (estudos)

- *AMARO, António Rafael (1996), “Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)”, in ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL, XVI, COIMBRA, 1996, *Portugal e as regiões: perspectivas históricas. XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, [Coimbra], Comissão de Coordenação da Região Centro, p. 71-92.
- *ANDERSON, Benedict (1993 [1983]), *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres/ N. Iorque, Verso.
- *ARONOWITZ, Stanley (1995), “Reflections on identity”, in John Rajchman (ed.), *The identity in question*, N. Iorque e Londres, Routledge, p. [111]-127.
- *BROWN, Rupert (1985), “Social identity”, in Adam Kuper & Jessica Kuper (ed.), *The social science encyclopedia*, Londres, Routledge & Kegan Paul, p. 771/2.
- *BYRON, Reginald (1997 [1996]), “Identity”, in Alan Barnard & Jonathan Spencer (ed.), *Encyclopedia of social and cultural anthropology*, 1.^a reed., Londres e N. Iorque, Routledge, p. [292].
- *CABRAL, João de Pina (2003), *Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética*, Lisboa, ICS-UL, *working paper*, www.ics.ul.pt.
- *CASTELO, Cláudia (2004), *Passagens para a África portuguesa. O povoamento branco de Angola e Moçambique (1920-1974)*, Lisboa, ICS-UL, tese de doutoramento (partes I e II, versão preliminar).
- *CHARTIER, Roger (1988), *A história cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel.
- *CHARTIER, Roger (1989), “Le monde comme représentation”, *Annales. E.S.C.*, Paris, XI-XII (n.º 6), p. 1505-1520.
- *CORBIN, Alain (1995), *L'avènement des loisirs 1850-1960*, Paris, Aubier.
- *CORDEIRO, Carlos (1995), *Na senda da identidade açoriana: antologia de textos do Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Gráfica Açoreana.
- *DIAS, Manuel V. N. (1994), “Identidades e práticas simbólico-culturais numa associação regionalista: a Casa do Concelho do Sabugal em Lisboa”, in ENCONTRO DE VILA DO CONDE, *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local [factas]*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, p. 449-469.
- *KASTERSZTEIN, Joseph (1990), “Les stratégies identitaires des acteurs sociaux: approche dynamique des finalités”, in Carmel Camilleri (et. al.), *Stratégies identitaires*, Paris, PUF, p. [27]-41.
- *KENNEDY, Dane (1987), *Islands of white. Settler society and culture in Kenya and southern Rhodesia, 1890-1939*, Durham, Duke University Press.
- *LACHARTRE, Brigitte (2000 [1999]), *Enjeux urbains au Mozambique. De Lourenço Marques a Maputo*, Paris, Éditions Karthala.

- *LACLAU, Ernest (1995), “Universalism, particularism and the question of identity”, in Rajchman (ed., 1995), p. [93]-108.
- *LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo, Editora Huittec.
- *MELO, Daniel (2001 [1997]), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- *MELO, Daniel (2003), “Os desfiles das nações” [estudo comparativo das marchas populares de Lisboa e do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro], *História*, Lisboa, ano XXV, III série, n.º 57, Junho, p. 50-57.
- *MULLER, Elisa (2002), “A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro”, in Carlos Lessa (org.), *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*, Rio de Janeiro, Editora Record, p. [301]-331.
- *NETO, Maria da Conceição (1997), “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, *Lusotopie*, Bordéus, s/n.º, p. 327-359.
- *PEREIRA, Inês (2002), “Identidades em rede: construção identitária e movimento associativo”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, Oeiras, n.º 40, p. [107]-121.
- *PUTNAM, Robert D. (2001), *Bowling alone. The collapse and revival of american community*, N. Iorque, Simon & Schuster.
- *PUTNAM, Robert D. (ed.; 2002), *Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary society*, N. Iorque, Oxford University Press.
- *RAJCHMAN, John (ed., 1995), *The identity in question*, N. Iorque e Londres, Routledge.
- *RAMALHO, Maria Irene, RIBEIRO, António Sousa (2002), “Identidade e nação na(s) poética(s) da modernidade: os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal”, in Maria Irene Ramalho & António Sousa Ribeiro (org.), *Entre ser e estar: raízes e discursos da identidade*, Porto, Edições Afrontamento, p. [411]-435.
- *RANGER, Terence (1994 [1983]), “The invention of tradition in colonial Africa”, in Eric Hobsbawm & Terence Ranger (ed.), *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 211-262.
- *RITA-FERREIRA, A. (1988), “Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”, in *Moçambique, cultura e história de um país: actas*, Coimbra, Inst. de Antropologia da UC, p. 121-169.
- *SANTOS, Rui Manuel Amaro dos (1999), *O regionalismo beirão no Diário de Coimbra (1930-1950)*, Coimbra, FLUC, trabalho de seminário de mestrado.
- *SMITH, Anthony D. (1991), *National identity*, Londres, Penguin.
- *TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1986), “Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXII, n.º 91, p. 313-330.
- *TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1994), “Groupes d’appartenance et logiques identitaires[:] les associations régionales à Lisbonne”, *Ethnologie du Portugal: unite et diversite. Actes du colloque*, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, p. 109-121.
- *TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, CAEIRO, Domingos (2000), *Portugal-Brasil. Migrações e migrantes 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa.
- *THIESSE, Anne-Marie (1997), *Ils apprenaient la France. L’exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme.
- *THIESSE, Anne-Marie (1999), *La création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXe siècle*, Paris, Éditions du Seuil.
- *WOODWARD, Kathrin (ed.; 1997), *Identity and difference*, Londres, Sage Publications e Open University.
- *ZAMPARONI, Valdemir (2000), “Monhés, baneanes, chinas e afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940”, *Lusotopie*, Bordéus, s/n.º, p. [191]-222.